

Ensino em escola técnica faz 80 anos no Brasil

Recife — Natanael Guedes

Profissionalização só atinge 2% dos alunos de 2º grau

Eliane Bardanachvili

Boas escolas, mas poucas. Com este saldo, o ensino técnico no país completa hoje 80 anos desde que o presidente da República Nilo Peçanha assinou o Decreto 7.566, criando o primeiro conjunto de 19 oficinas de artesãos, em 23 de setembro de 1909. Hoje, dos 16 milhões de jovens entre 14 e 19 anos, apenas cerca de 5 milhões estão no 2º grau. Desses, só 110 mil alunos cursam o 2º grau técnico. No entanto, as empresas, dos mais variados ramos, precisam de muito mais do que isso. No curso de Eletrônica do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ), por exemplo, a média é de doze empresas oferecendo estágios para cada aluno.

O Cefet-RJ faz parte de um seleto grupo de 23 instituições federais de ensino técnico, criadas na década de 40, muito disputadas pelos alunos — a relação candidato-vaga é de 13 para um — e pelas empresas que os requisitam, oferecendo formação considerada de alto nível. Duas características as destacam das 253 outras instituições do país — incluindo as escolas estaduais e privadas de 2º grau e as escolas agrícolas de 1º e 2º graus.

A autonomia de que gozam as escolas técnicas federais, desde 1959, quando viraram autarquias por determinação do presidente Juscelino Kubitschek, deixa seus diretores à vontade para mexer nos currículos, especializar professores nos cursos de maior demanda na comunidade onde se situam e fazer convênios com empresas para aumentar o orçamento anual e aperfeiçoar os alunos. O salário pago aos professores é de fazer inveja aos docentes da rede municipal e estadual. Para trabalhar quarenta horas semanais, um professor de escola técnica recebe cerca de NCz\$ 2.200 mensais. “A educação técnica é fascinante para o professor. Ele vê seu trabalho dar frutos na formação do aluno e não ganha mal para isso”, analisa o presidente eleito do Conselho de Diretores de Escolas Técnicas Federais (Conditec), João Manoel Peil.

No Cefet do Rio, 90% dos cerca de NCz\$ 17 milhões estipulados pelo governo federal para o orçamento anual são consumidos pela folha de pagamento de professores e funcionários de administração. Para fazer frente a todas as demais despesas com manutenção de laboratórios e compra de material e máquinas para o funcionamento dos cursos, a escola presta serviços a empresas, produz peças e equi-

pamentos sob encomenda e recebe uma porcentagem dos *royalties*. Grandes empresas como Remington, Tigre, Eluma e Xerox interessam-se por fazer convênios e requisitar os alunos. “Se ficássemos de braços cruzados aguardando verba, a escola não andaria”, diz o diretor Zélio Dias, no cargo há dois anos.

“Aqui, eu vou receber um diploma valorizado”, afirma o aluno do Cefet-RJ, Dimitri Câmara, 14 anos, do curso de Eletrônica. Ele não tem queixas da formação que recebe nas disciplinas tecnológicas e acredita que, embora as disciplinas do núcleo comum do 2º grau sejam sacrificadas — a turma de Dimitri só tem um ano reservado para Biologia e Geografia, por exemplo —, não será necessário o cursinho de vestibular, para ser aprovado em Engenharia Eletrônica. “Nas matérias que têm mais peso no vestibular eu vou estar garantido”, diz.

A prática e o sucesso são os mesmos em outras escolas federais do país. O Cefet de Minas Gerais também adota a fórmula escola/empresa/comunidade para desafiar as crises que atingem a economia do país. “Temos convênios com 50 empresas”, conta o diretor Wilton da Silva Matos. A Federal de Pernambuco é considerada estabelecimento-modelo e está prestes a tornar-se Centro Tecnológico, passando a oferecer também o 3º grau. Ali, o aproveitamento no mercado dos graduados nos nove cursos técnicos que oferece é de 100%.

Gratificante — “Sei que vou sair daqui muito mais preparado do que se estivesse fazendo 2º grau em outra escola. E tenho a vantagem de já sair, no mínimo, com estágio remunerado”, exulta o aluno Alessandro Vieira, 17 anos, do curso de Química Industrial. “É gratificante ver que o ensino público pode ser sério e competente”, comenta o professor de Informática, Sérgio Gaudêncio.

Saindo da esfera federal, o panorama muda. A Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá, em Marechal Hermes, no Rio, atravessa sua pior fase, segundo o diretor-adjunto, Euclides Teixeira de Souza. O material usado em aula, como interruptores, fios, metais e preparados químicos, é comprado por rateio entre alunos; professores aposentados não foram substituídos, levando a escola a diminuir em 30% o número de vagas oferecidas, este ano, para que não sobrassem alunos sem aulas. Ninguém quer ser professor técnico com salário de NCz\$ 256, pago pelo estado, lembra o professor Euclides. Mas a carência de técnicos é tão grande que, em se tratando de disputa pelas empresas, os alunos da Mauá também estão em alta. “Há estagiários ganhando NCz\$ 450, mais do que seus professores”, conta Euclides.



O curso de mecânica é um dos mais procurados no Nordeste